

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.711.013 - ES (2017/0295528-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
EMBARGANTE : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO
EMBARGADO : SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA
EDUCACAO BASICA, PROFISSIONAL E TECNOLOGICA -
SINASEFE - SECAO SINDICAL DE VIDEIRA/SC
ADVOGADOS : ADRIANO DE QUEIROZ MORAES - ES012578
THIAGO SOARES CALHAU - ES012784
INTERES. : NILTON RODRIGUES DE SIQUEIRA
INTERES. : RENAN FREITAS ALMEIDA
INTERES. : NORMA DE MELO PINTO
INTERES. : MANOEL RODRIGUES DA SILVA
INTERES. : MARIA TEREZINHA ENTRINGER
INTERES. : INES LUBE DA VITORIA
INTERES. : JOSELMA DE VASCONCELOS MENDES
INTERES. : LEONARDO MATIAZZI CORRÊA
INTERES. : LUCIANA ALINE MARCENA CARVALHO
INTERES. : MARIA APARECIDA PEREIRA
INTERES. : MARIA TEREZA SANTOS AZEVEDO

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA NOS TERMOS DO ART. 85, § 11 DO CÓDIGO FUX. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NOVO CPC. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 7/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES, PARA MAJORAR OS HONORÁRIOS EM 1%.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO contra decisão monocrática de minha lavra, proferida com a seguinte ementa:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REAJUSTE DE 13,23%. IMPOSSIBILIDADE. LEIS 10.697/2003 E 10.698/2003. TEMA 719. ARE 1.208.032/DF. REPERCUSSÃO GERAL. VIOLAÇÃO À SÚMULA VINCULANTE 37. RECURSO ESPECIAL DO SINASEFE A QUE SE NEGA PROVIMENTO (fls. 434).

Superior Tribunal de Justiça

2. Alega a parte embargante omissão quanto ao comando constante no art. 85, § 11 do Código Fux, postulando a fixação dos honorários recursais.

3. Na impugnação de fls. 44/448, a Embargada informa que está *amparada pela assistência judiciária gratuita*.

4. É o relatório.

5. De acordo com o Enunciado Administrativo 7/STJ, somente no julgamento de recursos interpostos contra decisões publicadas a partir de 18.3.2016 é possível a fixação/majoração de honorários advocatícios, na forma do art. 85, § 11 do Código Fux.

6. Na hipótese dos autos, verifica-se que o Recurso Especial foi interposto já na vigência do Código Fux, tendo a parte ora embargante se insurgido contra os fundamentos recursais por meio da peça de contrarrazões às fls. 406/417. Desse modo, mostra-se evidente o direito à majoração dos honorários sucumbenciais recursais.

7. Cumpre esclarecer que *sendo a parte beneficiária da assistência judiciária gratuita não se impede a fixação de honorários recursais, no entanto sua exigibilidade ficará suspensa na forma do art. 98, § 3º, do CPC/2015* (EDcl no REsp. 1.437.514/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 22.4.2019).

8. Diante do exposto, acolhem-se os Embargos de Declaração opostos pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO, sem efeitos infringentes, a fim de integrar a decisão de fls. 434/437, para, nos termos do art. 85, § 11 e 98, § 3o. do Código Fux, majorar a verba honorária em 1%.

9. Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

10. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

